A História Econômica no Brasil[a]

Economic History in Brazil

Thales Zamberlan Pereira[b]
Escola de Economia de São Paulo (EESP FGV), São Paulo (SP), Brasil

Resumo: O artigo analisa 50 mil teses e dissertações defendidas nos departamentos de História e Economia nas últimas quatro décadas, com o objetivo de mapear a evolução da História Econômica no país e propor um guia para o seu desenvolvimento. Antes da análise empírica do período 1980-2022, apresenta-se um panorama histórico, abrangendo desde estudos de cunho ensaístico, característicos da primeira metade do século XX, até o amadurecimento da produção acadêmica a partir da década de 1960. Essa mudança foi impulsionada pelos "brasilianistas" e pela expansão dos programas de pós-graduação em diversas regiões do país, que progressivamente firmaram a pesquisa monográfica e especializada como padrão dominante da disciplina.

Palavras-chave: História econômica. Brasil. Historiografia. Pós-graduação. Bibliometria.

Abstract: The article analyzes 50,000 theses and dissertations defended in History and Economics departments over the past four decades, seeking to map the evolution of Economic History in the country and propose a guide for its development. Prior to the empirical analysis of the 1980-2022 period, a historical overview is presented, spanning from essayistic studies,

Editor responsável: Ivan Colangelo Salomão | DOI: 10.29182/hehe.v29i4.1181

[a] Trabalho preprint. Publicação original: <https://osf.io/preprints/socarxiv/y5x3u_v1>

Submissão: 03/09/2026 | Aprovação: 09/10/2026 | Publicação: 04/11/2026

[b] O autor agradece aos comentários de André Villela, Carlos Gabriel Guimarães, Leonardo Weller, Lúcia Centurião e Pedro Dacanal.

O autor declara não haver conflito de interesse. Os conteúdos utilizados na pesquisa encontram-se no manuscrito. Foram utilizadas ferramentas de Inteligência Artificial (IA) para: revisão gramatical do texto.

Esta publicação está licenciada sob os termos de Creative Commons 4.0 Internacional

characteristic of the first half of the twentieth century, to the maturation of academic scholarship from the 1960s onward. This shift was driven by the "Brazilianists" and the expansion of graduate programs across various regions of the country, which progressively established monographic and specialized research as the discipline's dominant standard.

Keywords: Economic history. Brazil. Historiography. Graduate programs. Bibliometrics.

JEL: N01. A14. I23.

Introdução – O início da interpretação do Brasil

As linhas gerais dessa história são conhecidas. O estudo sistemático da história do Brasil nasce associado a um projeto de construção nacional. Ao longo do século XIX, num contexto de afirmação da nacionalidade e de consciência do atraso, escrever a história do país tornou-se tarefa indissociável da formação de uma identidade coletiva. O marco institucional desse esforço foi o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838), cujo concurso sobre "como se deve escrever a história do Brasil" foi vencido pelo naturalista Martius (1845). Sua fórmula é reveladora do espírito da época: a História seria "uma mestra", capaz de "difundir entre os contemporâneos sentimentos e pensamentos do mais nobre patriotismo" (Martius, 1845 apud Guimarães, 1988, p. 17). Mais do que registrar o passado, tratava-se de imaginar e legitimar um país.

Dessa matriz emerge a primeira linhagem de autores, que se pode chamar de pré-intérpretes. Francisco Adolfo de Varnhagen, com a *História geral do Brasil* (1854), produziu a primeira grande síntese erudita, fundada em uma perspectiva monárquica (Wehling, 1999). A ela somam-se obras que, embora nem sempre estritamente historiográficas, ampliaram o repertório de análise: Joaquim Nabuco (*O abolicionismo*, 1883; *Um estadista do Império*, 1889), Euclides da Cunha (*Os sertões*, 1902), Capistrano de Abreu (*Capítulos de história colonial*, 1907) e Oliveira Vianna (*Evolução do povo brasileiro*, 1923). Esses autores mudaram o foco da crônica oficial para questões como a escravidão, padrões de povoamento e a formação social, abrindo caminho para uma reflexão mais ampla sobre o país (Rodrigues, 1978; Reis, 1999).

A inflexão decisiva ocorre com a chamada geração de 1930, representada por Sérgio Buarque de Holanda e Gilberto Freyre (Candido, 1995). A partir desse momento, a sociologia se consolida como campo de análise para avaliar o Estado e a questão social brasileira. É também nesse período que aumenta o interesse pelo impacto da dimensão econômica na formação nacional. Roberto Simonsen, com a *História econômica do Brasil* (1937), oferece um dos primeiros tratamentos de fôlego do tema; Caio Prado Júnior, em *Formação do Brasil contemporâneo* (1942), articula uma interpretação de inspiração marxista/materialista; e Celso Furtado, na geração seguinte, consagra o gênero com a *Formação econô-*

mica do Brasil (1959) (Santiago, 2000; Iglésias, 2000). São obras de grande envergadura interpretativa, mas ainda fortemente ensaísticas.[1]

A partir daí, a evolução dos estudos sobre o Brasil seguiu por dois percursos paralelos e de ritmos distintos. No campo das ciências sociais, as gerações seguintes deram continuidade e novas ênfases ao programa interpretativo: a de 1950, influenciada por Celso Furtado e Raymundo Faoro, voltou-se à emergência da sociedade e de sua transformação como problema, não mais apenas à construção do Estado; a de 1970, com Florestan Fernandes e Fernando Henrique Cardoso, profissionalizaria de vez a pesquisa nesse campo (Miceli, 1995).[2] No campo da História e da História Econômica, a profissionalização foi mais precoce e seguiu trajetória própria.

Esse percurso historiográfico (com pós-graduação, orientação e produção monográfica baseada em fontes primárias) ganhou corpo já a partir das décadas de 1940 e 1960, sobretudo na Universidade de São Paulo, tendo nas historiadoras pioneiras algumas de suas figuras centrais (Capelato; Glezer; Ferlini 1994; Roiz 2007). Alice Piffer Canabrava (1911-2003), com a tese de doutorado *O comércio português no Rio da Prata (1580-1640)*, defendida em 1942, tornou-se a primeira mulher catedrática da USP e referência fundadora da História Econômica no país (Saes, 2012). Nícia Vilela Luz, abriu caminho ao estudo do nacionalismo industrializante com a livre-docência de 1964, *A luta pela industrialização do Brasil*; Emília Viotti da Costa (1928-2017), com a livre-docência de 1964, *Da senzala à colônia*, renovou a abordagem da escravidão (Ferreira, 2013). Baseadas no Rio de Janeiro, Eulália Maria Lahmeyer Lobo (1924-2011), Maria Bárbara Levy (1943-1992) e Maria Yedda Linhares (1921-2011) completam esse núcleo de pesquisadoras que firmaram padrões acadêmicos de rigor documental e recorte temático.

Essa consolidação institucional, contudo, conviveu por décadas com uma tradição interpretativa de natureza distinta. O que uniu as gerações até os anos 1970 foi sobretudo o caráter ensaístico, de visões amplas que abriram novos caminhos de pesquisa, mas que seriam progressivamente

[1] Cabe notar a obra de J. F. Normano, publicada em inglês em 1935 e traduzida para o português em 1939 sob o título *Evolução econômica do Brasil*. Tal como o debate sobre os brasilianistas, tratado na próxima seção, o registro sistemático das fontes distingue esse trabalho daquele de Simonsen, de feição mais ensaística.

[2] Outra menção relevante é a criação do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) em 1955.

substituídas pela especialização monográfica (Brandão, 2005; Lessa, 2011). Parte importante dessa mudança foi o diálogo com a academia norte-americana e britânica, assunto da próxima seção.

1. Os brasilianistas

O termo "brasilianista", consolidado na década de 1970, designa a geração de pesquisadores estrangeiros (em sua maioria anglo-saxões) dedicada ao estudo da história, da sociedade e da cultura do Brasil. Após a Revolução Cubana de 1959, o temor da expansão comunista na América Latina levou agências governamentais, universidades e fundações filantrópicas a financiar a criação de centros de estudos regionais (*Area Studies*). No Brasil, esse movimento coincidiu com o regime militar instaurado em 1964 e seu subsequente endurecimento. Enquanto historiadores e intelectuais brasileiros eram vigiados ou cassados pelo aparato repressivo, os pesquisadores estrangeiros contavam com expressivo respaldo institucional e financeiro, incluindo acesso a arquivos vedados aos próprios nacionais.[3] Por conta dessa assimetria, o termo adquiriu uma conotação frequentemente pejorativa na grande imprensa e em setores da academia brasileira.

Apesar dos conflitos, a pesquisa dos brasilianistas avançou significativamente o entendimento sobre o Brasil, além de gerar uma modernização acadêmica por meio do efeito exposição (e competição) com trabalhos que apresentavam metodologias incomuns na pesquisa nacional.[4] Esta seção apresenta resumos dos capítulos de *O Brasil dos brasilianistas* dedicados aos estudos de história, política e economia produzidos em universidades dos Estados Unidos. A última seção trata sobre os pesquisadores na Grã-Bretanha. O livro, organizado a partir de uma reunião na embaixada brasileira em Washington, em 1999, faz um balanço da produção brasilianista posterior à Segunda Guerra Mundial e permanece como uma importante avaliação da contribuição de estudiosos estrangeiros para estudos acadêmicos sobre o Brasil.[5]

[3] Ver a entrevista "Warren Dean, um brasilianista", *Estudos Históricos*, v.3 n. 5 (1990), p. 103-113.
[4] Ver Ferrari (2016) e Eakin (2003).
[5] Para uma bibliografia complementar, ver Massi e Pontes (1992), Meihy (1990; 1991), Moura (1995) e Carrijo (2007).

1.1 As origens

Paulo Roberto de Almeida, principal organizador de *O Brasil dos brasilianistas* (Barbosa; Eakin; Almeida, 2002), reconstitui a trajetória dos estudos brasileiros nos Estados Unidos e a emergência do brasilianista, argumentando que a figura não é apenas uma criação da Guerra Fria, mas tem raízes na longa tradição de observadores estrangeiros. A presença de intérpretes remonta aos naturalistas, comerciantes e missionários desde o período colonial, passando por cronistas como Robert Southey (apontado como fundador da corrente) e por nomes do século XIX (Martius, Handelmann, Agassiz, Gobineau).[6]

O vocábulo brasilianista, contudo, surgiu tardiamente: no Brasil, foi empregado em 1969 por Francisco de Assis Barbosa, no prefácio de *Politics in Brazil*, de Thomas Skidmore. Nos Estados Unidos, circulava desde o início dos anos 1960 entre os pesquisadores americanos, impulsionado pela Revolução Cubana e pelos recursos do *National Defense Education Act* de 1958. Institucionalmente, a área tem primórdios na fundação da *Hispanic American Historical Review* (1918) e do *Handbook of Latin American Studies* (1936). Almeida destaca Oliveira Lima como possível "pai fundador" dos brasilianistas norte-americanos, precedido apenas por Hipólito da Costa, autor do primeiro relato sobre os Estados Unidos escrito da perspectiva de um observador do Brasil. O desenvolvimento ocorre no pós-Segunda Guerra, em centros como Texas, Tulane, North Carolina e Vanderbilt, com a geração "pré-brasilianista" (anos 1940 e 1950) de Donald Pierson, T. Lynn Smith, Preston James, além dos historiadores Alexander Marchant, Stanley Stein e Richard Morse.

O campo consolidou-se durante a ditadura militar, estruturando-se em frentes bem definidas de pesquisa, como a Primeira República (Love, Wirth) e o regime autoritário (Stepan, Schmitter), cabendo a Skidmore o papel de principal expoente. Almeida também aponta a via de mão dupla desse intercâmbio, evidenciada pela "exportação" de formulações nacionais como a teoria da dependência (ligada a Fernando Henrique Cardoso). Já nos anos 1980, com o fortalecimento das ciências sociais no país, o peso relativo dos brasilianistas declinou, tornando a relação intelectual entre pesquisadores nacionais e estrangeiros mais horizontal.

[6] Uma omissão importante são os trabalhos de Joseph Phillip Wileman, especialmente Brazilian Exchange: The Study of an Inconvertible Currency (1896).

Em seu capítulo, Robert Levine adota uma perspectiva interna para examinar o campo, associando o pico de pesquisadores estrangeiros ao golpe de 1964, o que gerou desconfiança no Brasil sobre ligações com o Projeto Camelot, USAID e CIA, agravada por ataques da imprensa. Ironicamente, muitos americanos ajudaram acadêmicos brasileiros exilados. Para ele, o termo brasilianista também embute um equívoco, pois as universidades americanas exigiam que os pesquisadores lecionassem temas variados de sua disciplina, sem dedicação exclusiva ao Brasil. Além disso, a produção sobre regionalismo ou escravidão derivou de tendências disciplinares mais amplas, não de uma agenda própria dos brasilianistas.

Levine também destaca disputas metodológicas. A pesquisa americana, fortemente empírica e documental, chocou-se com a academia brasileira, gerando acusações de que os americanos seriam "pobres em teoria", enquanto os brasileiros fariam especulação sem pesquisa "real". A partir do fim dos anos 1970, emerge a virada dos Estudos Culturais (raça, gênero e sexualidade), cujo hermetismo Levine critica. O autor também documenta o declínio do financiamento americano após a Guerra Fria e relata episódios de intimidação durante a ditadura (como a tortura de Fred Morris e o sequestro de Werner Baer), contrastando-os com o acesso privilegiado de americanos a arquivos oficiais (como o DOPS) negado a brasileiros.

1.2 As áreas: história

O capítulo de Judy Bieber faz um balanço da historiografia sobre o Brasil nos Estados Unidos (1945-2000), notando tratar-se de um subcampo pequeno, sem associações próprias até a criação da BRASA em 1992, dependente de veículos maiores como a *Hispanic American Historical Review*. Bieber adota uma definição inclusiva de brasilianista, lembrando que a formação deles é devedora de autores brasileiros (Capistrano, Freyre, Florestan, Viotti da Costa).

As estatísticas comprovam que o crescimento do campo ocorreu nos anos 1960 pelo financiamento da Guerra Fria: das 285 dissertações desde 1930, 89% são posteriores a1965. A geração dos anos 1960 (os "filhos de Fidel Castro") moldou grandes programas de pós-graduação (Texas, Columbia, Yale). A autora também destaca a participação feminina (cerca

de um quarto), com pioneiras como June Hahner, Mary Karasch e Emília Viotti da Costa (Yale).[7]

Bieber observa que os historiadores norte-americanos dispunham de vantagens (associações e periódicos antigos) ante o atraso acadêmico brasileiro. Atraso que, após a Segunda Guerra, começaria a ser superado com os trabalhos historiográficos da USP, a *Revista de História* (1949) e a ANPUH (1961). Ela também cita as críticas duríssimas que os resenhistas americanos do *Handbook of Latin American Studies* (um resumo anual da situação da história do Brasil) faziam à produção brasileira, taxada de diletante e sem rigor. Essas críticas, admite, podiam conter resquício de imperialismo cultural, mas também apontavam restrições financeiras, políticas e institucionais reais. Destaca ainda como a produção brasileira era moldada por subsídios para comemorações de centenários.

Na temática da escravidão, o intercâmbio fluiu mais do Brasil para os Estados Unidos. Além do impacto de *Casa-grande e senzala* na academia americana, Bieber sugere que a maior influência na área veio de pesquisadores formados nos Estados Unidos que fizeram carreira em universidades brasileiras (Robert Slenes, Douglas Libby, João José Reis, Marcus Carvalho). Ela também mapeia a transição da história política para a social (anos 1980 e 1990) e conclui que a convergência metodológica atual decorre mais de uma dívida comum à teoria europeia (Annales, Foucault, Braudel) do que de um diálogo direto com os brasilianistas, lamentando as barreiras institucionais e financeiras à colaboração e a escassez de traduções em ambas as direções.

1.3 As áreas: economia[8]

Werner Baer e Roberto Guimarães avaliam a produção em Economia ressaltando que o grupo sempre foi pequeno devido ao preconceito da profissão: economistas viam a especialização geográfica como entrave à carreira, priorizando técnicas analíticas, o que só foi atenuado com o "novo institucionalismo". As universidades de referência eram Berkeley, Columbia, Illinois, Stanford, Texas, Vanderbilt e Yale.

[7] Vale lembrar que Eulália Lobo foi professora da Universidade da Carolina do Norte depois de ser perseguida pela ditadura militar e perder o emprego na Universidade do Brasil (atual UFRJ).

[8] A tese de Elisa Kluger (2017), sobre como os laços sociais estruturaram o espaço dos economistas no Brasil, é um excelente material complementar.

Na História Econômica, destacaram-se Leff e Denslow, sobre o atraso do Nordeste, e Warren Dean, sobre a industrialização durante a Primeira República. Na análise do pós-guerra, o modelo de industrialização por substituição de importações (ISI) foi o foco dos estudos. Baer foi pioneiro ao analisá-la (1965), enquanto autores como Bergsman e Coes criticaram as ineficiências do protecionismo e as políticas cambiais. Os estudos setoriais (Stein sobre têxteis, Leff sobre bens de capital, Tendler sobre energia, Baer sobre siderurgia, Shapiro sobre automóveis) sugeriram que a ISI produziu uma estrutura industrial viável e competitiva. Os estudos agrícolas (Edward Schuh, Nicholls, Gordon Smith) criticaram a negligência com a infraestrutura e influenciaram iniciativas como a Embrapa.

Outro marco foi o artigo de Albert Fishlow (1972), que provou a concentração de renda durante o "milagre" econômico militar, gerando repercussão mundial e provocando a réplica de Carlos Langoni. Baer divide os autores entre os que focavam na eficiência, na equidade das políticas da época e os menos normativos, voltados à compreensão histórica da modernização.

1.4 As áreas: ciência política

O capítulo de Marshall C. Eakin analisa a trajetória da ciência política e sociologia. Nos anos 1940 e 1950, a ciência política limitava-se a obras descritivas (*Brazil Under Vargas*, de Loewenstein, 1942), enquanto a sociologia focou no estudo de relações raciais (Robert E. Park, T. Lynn Smith, Donald Pierson). Assim como as outras áreas, o crescimento dos pesquisadores ocorreu após a Revolução Cubana. A ameaça percebida do nacionalismo e da esquerda, somada ao financiamento público e das grandes fundações (Ford, Rockefeller) estimulou o financiamento de centenas de doutorandos e expandiu os quadros universitários.

Intelectualmente, a Teoria da Modernização (que presumia desenvolvimento econômico gerando democracia) ruiu com a ascensão dos regimes militares. Esse vácuo foi preenchido pela "teoria da dependência", a maior contribuição latino-americana às ciências sociais ocidentais (Cardoso; Faletto, 1970), e pelas análises do autoritarismo burocrático (Guillermo O'Donnell, Stepan). Após a redemocratização, instalou-se o ecletismo

teórico (gênero, transição democrática), com o institucionalismo da escolha racional emergindo como paradigma, embora criticado como "imperialismo americano". Eakin conclui que a ciência política americana atual tende a desvalorizar o conhecimento regional, indicando que as décadas de 1960 e 1970 possivelmente serão o "período áureo" definitivo desses estudos.

1.5 Brasilianistas na Grã-Bretanha

Leslie Bethell apresenta a trajetória dos estudos britânicos sobre o Brasil a partir do chamado "século inglês" (1808–1914), marcado pelos relatos de viajantes como John Mawe, Maria Graham e Charles Darwin, além das obras históricas de Robert Southey e John Armitage. Entre 1945 e 1975, a principal referência na área foi Charles Boxer, que diagnosticou uma "ignorância abismal" no Reino Unido em relação à história brasileira: fora o período colonial, o interesse acadêmico restringia-se praticamente à Amazônia, sobretudo no campo da antropologia sob a influência de Lévi-Strauss.

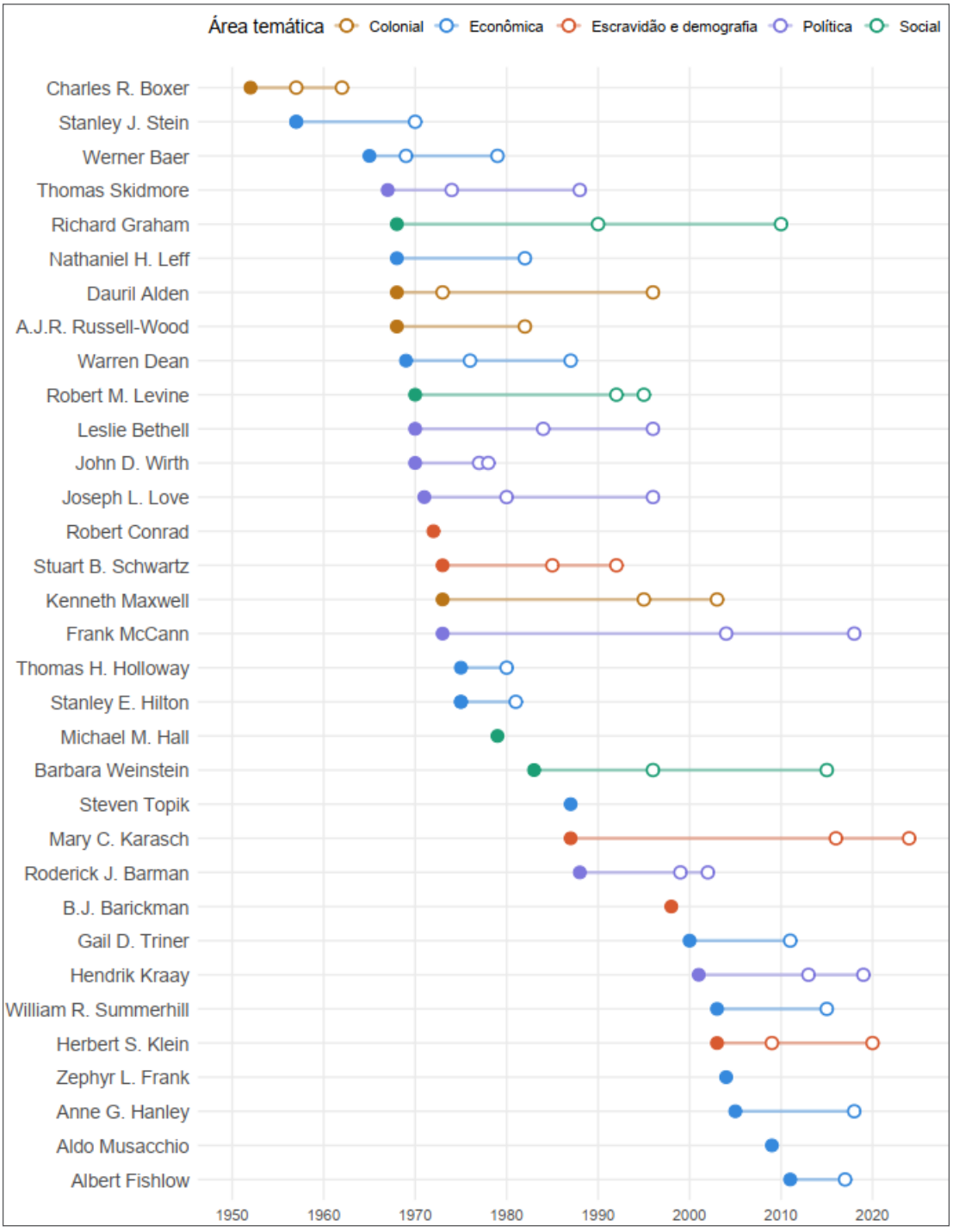
Para além da baixa produção, o Reino Unido enfrentava uma constante debandada de pesquisadores para os Estados Unidos, como Russell-Wood, Kenneth Maxwell e Nancy Stepan. A mudança institucional só veio em 1965 com o Relatório Parry, que denunciou o abandono da área e viabilizou a criação de centros em Londres, Oxford, Cambridge e Glasgow. Cambridge foi a sede da cátedra Simón Bolívar, por onde passaram Celso Furtado e Fernando Henrique Cardoso, e a origem *da Cambridge History of Latin America*, capitaneada pelo próprio Bethell. Mesmo assim, o interesse britânico seguiu desproporcionalmente inclinado à América Hispânica.

1.6 Gerações de brasilianistas

Esta seção apresenta um mapeamento de diferentes gerações de brasilianistas e suas obras. O anexo apresenta a bibliografia utilizada na Figura 1, que destaca pesquisadores mais conhecidos na área de História Econômica. Sobre a distribuição de períodos, percebe-se que o período 1965-1975 foi o período "clássico" dos brasilianistas, com uma segunda geração a partir da década de 1980 e nos anos 2000. O pioneiro dos es-

tudos históricos é Charles Boxer, com quatro importantes obras antes desse período: *Salvador de Sá and the Struggle for Brazil and Angola* (1952); *The Dutch in Brazil, 1624-1654* (1957); *The Golden Age of Brazil, 1695-1750* (1962) e *Race Relations in the Portuguese Colonial Empire* (1963).

Figura 1 – Brasilianistas: trajetória de publicação por área temática



Notas: Ponto cheio = primeira grande obra sobre o Brasil. Depois, obras subsequentes. Autores ordenados pela estreia. Ver o Apêndice para a lista das obras.

Sobre a classificação temporal na Figura 1, Albert Fishlow é um caso interessante para o critério adotado de "livro sobre o Brasil". Sua obra mais famosa, *American Railroads and the Transformation of the Ante-bellum Economy* (1965), é sobre os Estados Unidos, e por décadas sua contribuição ao Brasil veio em artigos seminais, não em monografia. Seu primeiro livro dedicado ao Brasil é *Starting Over: Brazil Since 1985* (2011).

2. A produção nacional

A análise empírica utiliza duas bases de dados. A principal provém do Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que reúne informações sobre as teses e dissertações defendidas em instituições de ensino superior brasileiras. O acesso aos dados foi feito por meio do pacote *capesR* (Medeiros; Figueiredo Filho; Leite, 2024), desenvolvido em linguagem R para facilitar a análise dos registros do catálogo, originalmente disponibilizados no portal de dados abertos da CAPES. Para este estudo, utilizo o período de 1987 a 2022, intervalo coberto de forma consistente pela base. Cada registro reúne variáveis que permitem caracterizar a produção discente, entre elas a instituição de ensino superior, a área de concentração, o nome do programa de pós-graduação, o tipo de trabalho (mestrado ou doutorado), o idioma, a identificação do autor e do orientador, o resumo e a localização geográfica, em nível de região e de unidade federativa. Cabe registrar que o *capesR* é um projeto sem vínculo oficial com a CAPES e os dados são fornecidos sem garantia de completude.

Para o período entre 1987 e 2022, o catálogo reúne 53.504 trabalhos nas áreas de História e Economia. Como observado na seção sobre os brasilianistas, a disciplina de História passou, a partir do fim dos anos 1970, por uma reorientação temática profunda.[9] Com a virada pós-moderna e dos Estudos Culturais, o foco deslocou-se das elites para as "pessoas comuns" e, ao longo das décadas de 1980 e 1990, consolidou-se o predomínio da história social, com estudos sobre gênero, sexualidade, raça, religião popular, imigração, trabalho e estudos pós-coloniais. Esse deslocamento acabou empurrando a História Econômica para a margem

[9] Essa reorientação não foi apenas acadêmica, mas também fruto da mudança política no país.

dos cursos de História, transferindo seu centro de gravidade para os departamentos de Economia.

Diante dessa mudança, o foco do artigo são os trabalhos de História Econômica produzidos em departamentos de Economia. Nos departamentos de História, o objetivo é identificar professores que orientam pesquisas em história econômica e analisar os períodos estudados. Por fim, o Programa de Pós-Graduação em História Econômica da USP, ligado à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), é incorporado à área de Economia, em razão da natureza de sua produção.

A base da CAPES apresenta algumas limitações antes de 1991, como a ausência de informação sobre os orientadores em praticamente todos os registros, além da cobertura começar somente a partir de 1987. Para suprir essas ausências e estender a série até 1980, mais próximo do período de modernização dos programas de pós-graduação, recorre-se a uma segunda fonte, a obra *A História no Brasil (1980-1989): séries dados*, de Carlos Fico e Ronald Polito, publicada em 1994. Trata-se de um dos primeiros esforços sistemáticos de levantamento quantitativo da produção historiográfica brasileira, vinculado ao Centro Nacional de Referência Historiográfica (CNRH), criado pelo Departamento de História da Universidade Federal de Ouro Preto em 1993 com o objetivo de constituir um banco de dados sobre os trabalhos produzidos na área de História. A obra divide-se em dois volumes. O primeiro apresenta a análise interpretativa dos dados e o segundo organiza o material bruto em séries temáticas, distribuídas em seções dedicadas a teses e dissertações, livros e artigos.

A análise empírica utiliza a seção "Teses e dissertações", que lista os trabalhos defendidos na pós-graduação em História durante a década de 1980. Essas informações, portanto, sevem para suprir a limitação temporal da base da Capes, que começa em 1987. A compilação reúne autor, título, instituição e nível (mestrado e doutorado). As descrições dos trabalhos permitem não apenas mapear os períodos estudados, mas também dimensionar o espaço que a História Econômica ainda ocupava nos departamentos de História às vésperas de sua "migração" disciplinar.

Para avaliar a consistência entre as duas fontes, realizou-se uma comparação na janela entre os anos de 1987 e 1989, em que ambas se sobrepõem, totalizando 243 registros. O pareamento foi feito por similaridade

de autor e título, levando em conta possíveis inversões na ordem dos nomes. A coluna de orientador da CAPES vem vazia em praticamente todos os registros e, por isso, não foi utilizada como critério auxiliar de identificação. Além disso, a CAPES indexa os trabalhos pelo ano-base, que em geral coincide com o ano de defesa, mas pode deslocá-lo em um ano, razão pela qual alguns pareamentos recaíram em 1986.

Dos 243 registros da CAPES, 216 correspondem a teses também presentes na base de Fico e Polito; 24 constam apenas da CAPES; os 3 restantes são registros inválidos, com os campos preenchidos como "Não Informado", sem autor ou título. No sentido inverso, das 266 teses defendidas entre 1987 e 1989, 213 aparecem na CAPES e 53 não, de modo que há lacunas nos dois sentidos. O período 1980-1986, fora da base da CAPES, possui 537 teses na base de Fico e Polito.

Os 24 trabalhos exclusivos da CAPES concentram-se no Nordeste, sobretudo em Pernambuco, e no Sul. São exemplos *Os usineiros de Pernambuco e a intervenção do Estado* (Elcia Bandeira), *O cotidiano da escravidão em Pernambuco, 1850-1888* (Maria Ângela Grillo), *A crise política de 1932 no Rio Grande do Sul* (Rejane Caravantes), *Casar em Curitiba* (Marco Aurélio Pereira) e *A questão jesuíta no Maranhão colonial* (Sebastião Cavalcanti).

2.1 A década de 1980

O livro *A História no Brasil (1980-1989)*, de Carlos Fico e Ronald Polito, sugere que a História Econômica ainda era influente em departamentos de História durante a década de 1980. A Tabela 1, com os 20 orientadores com mais orientações em todas as linhas de pesquisa em História, mostra diversos pesquisadores conhecidos por atuarem em História Econômica. Os brasilianistas também aparecem entre os principais orientadores. Michael Hall aparece com oito orientações e Robert Slenes com seis. Dos 20 primeiros da lista, apenas quatro orientadores são claramente estudiosos da história cultural. Outra característica que se destaca é o predomínio da USP.

Tabela 1 – Principais orientadores na década de 1980

Orientador	Orientações	Área
Fernando Antônio Novais (USP)	**17**	**Econômica (colonial)**
Eulália Maria Lahmeyer Lobo (UFRJ, UFF)	**16**	**Econômica (RJ, comércio)**
Laima Mesgravis (USP)	16	Social/Cultural
Emanuel Soares da Veiga Garcia (USP)	**14**	**Econômica (América Espanhola)**
Leda Maria Pereira Rodrigues (PUC-SP)	14	Cultural
Maria Thereza Schorer Petrone (USP)	**14**	**Econômica (lavoura canavieira)**
Antônia Fernanda Pacca de Almeida Wright (USP)	13	Política/diplomática
Amado Luiz Cervo (UNB)	12	Política/diplomática
Ismênia de Lima Martins (UFF)	**12**	**Econômica e Social**
José Sebastião Witter (USP)	12	Cultural (futebol)
Nachman Falbel (USP)	12	Cultural
Anita Waingort Novinsky (USP)	11	Cultural
Armando Souto Maior (UFPE)	11	Social/política (Quebra-Quilos)
Cecília Maria Westphalen (UFPR)	**11**	**Econômica (Paraná)**
Francisco José Calazans Falcon (UFF, UFRJ)	11	Político, depois história cultural
José Jobson de Andrade Arruda (USP)	**11**	**Econômica (colonial)**
Maria Yedda Leite Linhares (UFF, UFRJ)	**11**	**Econômica (agrária)**
Suely Robles Reis de Queiroz (USP)	11	Social e política (escravidão SP)
Victor Vincent Valia (UFF)	11	Social
Adalgisa Maria Vieira do Rosário (UNB)	10	Política

Tabela 2 – Principais instituições na década de 1980

Instituição	Trabalhos	% do total
USP	281	36,0%
UFF	92	11,8%
UFPE	61	7,8%
PUC – SP	51	6,5%
UFRJ	49	6,3%
Unicamp	48	6,2%
PUC – RS	45	5,8%
UFPR	43	5,5%
UnB	41	5,3%
Unesp	26	3,3%
UFSC	24	3,1%
UFG	19	2,4%

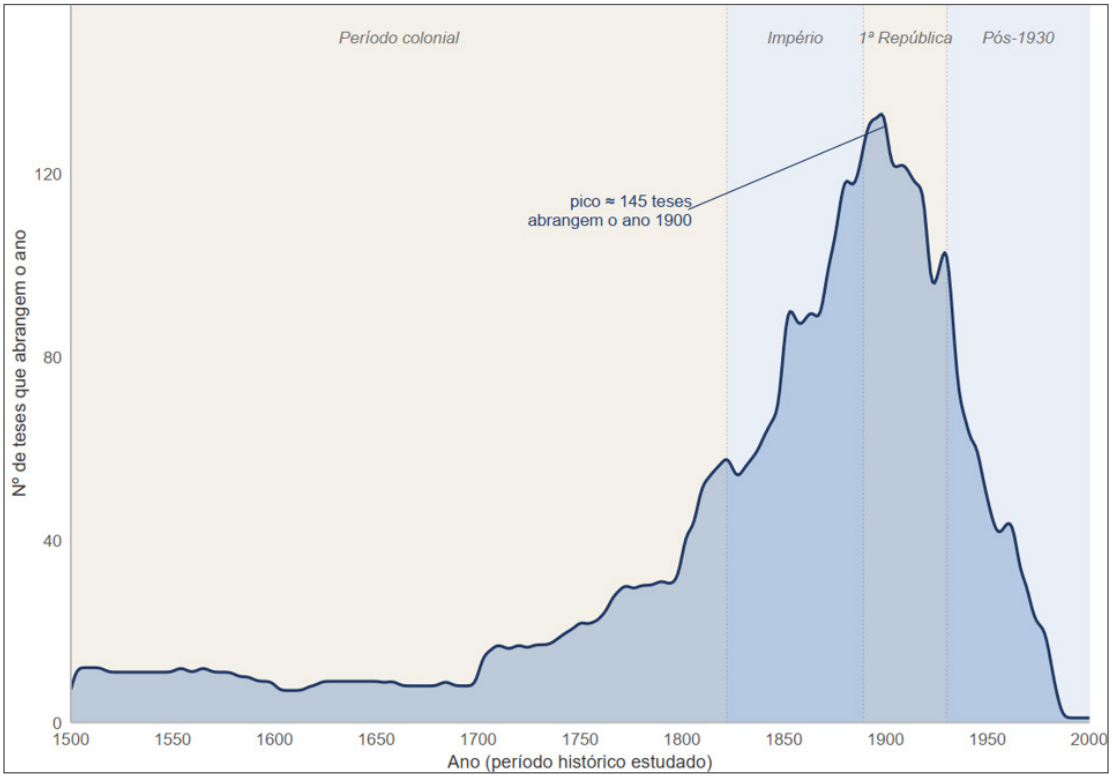
A análise das teses defendidas ao longo da década de 1980 sob a orientação de sete dos mais influentes historiadores econômicos do período revela que sua atuação como orientadores (95 teses) extrapolava o campo da História Econômica, abrangendo a história política, social e cultural. A vertente econômica é particularmente nítida em Emanuel Soares da Veiga Garcia e José Jobson de Andrade Arruda, ambos da USP. Veiga Garcia orientou trabalhos sobre dívida externa imperial, comércio internacional, redes ferroviárias, economia cafeeira, demografia histórica e finanças portuárias. Jobson de Arruda, por sua vez, concentrou-se na economia colonial e imperial, mantendo um perfil temático mais ligado à economia.

Outros orientadores combinavam a economia com a dimensão social do trabalho. Fernando Antônio Novais orientou teses sobre escravidão, transição para o trabalho livre e industrialização. Contudo, uma parcela expressiva de seus orientandos dedicou-se à história cultural e da historiografia (literatura colonial, memória histórica, ideologia e nativismo). Eulália Maria Lahmeyer Lobo e Maria Yedda Leite Linhares, no eixo Rio de Janeiro – Niterói, articularam a História Econômica à história do trabalho e do mundo rural. A primeira com forte ênfase no operariado urbano, no movimento sindical e no abastecimento da cidade, mas também

na política partidária (ANL, PTB) e na imprensa; a segunda como referência da história agrária, estudando estruturas fundiárias, crise da escravidão e pobreza rural fluminense, sem deixar de orientar trabalhos de história cultural e política, como o estudo sobre José Lins do Rego e a tese sobre a Coluna Prestes.

Já Maria Thereza Schorer Petrone e Cecília Maria Westphalen evidenciam como a História Econômica se entrelaçava à história regional. Petrone reuniu teses sobre imigração, colonização, questão agrária e trabalho industrial em São Paulo, ao lado de estudos de história política, da educação, da família e do feminismo. Westphalen, à frente da escola paranaense, orientou pesquisas sobre economia regional (madeira, carvão, borracha), colonização e comércio exterior, mas igualmente sobre fiscalidade, ensino, arquitetura e cinema. A Figura 2 apresenta a distribuição temporal das teses durante a década de 1980.

Figura 2 – Cobertura temporal dos trabalhos em departamentos de História (1980-1989)



Nota: a partir dos títulos (sem resumo), 471 de 803 com período datável (59%).

2.2 História: o período 1990-2022

Para encontrar trabalhos de História Econômica na base da CAPES de História, retirei todos os programas com "cultura" no nome, além de retirar o programa de História Econômica da USP, que será analisado na próxima seção. Ficaram programas de "história", "história social", "história comparada", "história da África", "história das ciências", "história ibérica", entre outros. Isso reduziu a base em 2.771 trabalhos, com um total de 27.725. O filtro foi feito a partir de duas regras. A primeira é um vocabulário (regex) de História Econômica, com dois níveis de "força".

- Termos FORTES. Praticamente só aparecem quando o objeto é, de fato, econômico.

  Exemplos: economi*, capitalis*, mercantil*, industrial*/industrializac*, escravidao/escravista/escravatura, cafeicultura/cafeeir*, mineracao/minerador*, fazenda/fazendeir*/latifundi*, monetari*/cambio/inflac*, fiscal/tributa*/imposto, banco/credito/financeir*/financiamento, exportac*/importac*/tarifa, ferrovia/estrada de ferro, agrari*/agricultur*/pecuari*, desenvolvimento economico, produto interno.
- Termos AMPLOS. São econômicos, mas polissêmicos, ou seja, sozinhos geram falso-positivo.

  Exemplos: mercado, preco, empresa, producao, consumo, capital, terra, propriedade, crise, transporte, porto, companhia, modernizacao, imigracao/colono. Aqui também entram os termos de história do trabalho (operario*, proletari*, sindical*, greve, trabalhador*, mao de obra), que são vizinhos da HE mas não se confundem com ela; só contam como HE quando há reforço.

Para cada trabalho, casam-se os termos separadamente no título e no resumo. O título pesa o dobro do resumo (o tema central costuma estar no título):

$$\begin{aligned} \text{HE_score} = {} & 2 \times (\text{fortes no título}) \\ & + 1\times (\text{fortes que só aparecem no resumo}) \\ & + 0{,}5 \times (\text{amplos distintos}) \end{aligned}$$

Um trabalho é marcado por HE_regex = verdadeiro se satisfizer qualquer das condições:

1. tem ≥ 1 termo forte no título; ou
2. tem ≥ 2 termos fortes distintos (no título e/ou resumo); ou
3. tem ≥1 termo forte e ≥ 2 termos amplo distintos.

Ou seja: a existência da palavra "economia" em um resumo não resulta em uma classificação automática, é preciso ou sinal no título, ou acúmulo de evidência.

A segunda regra é o orientador como sinal. A ideia é que um orientador especializado em História Econômica tende a orientar na área mesmo quando o título de um trabalho específico não traz vocabulário econômico explícito. Para cada orientador, calculam-se quantas de suas orientações foram capturadas pela Regra 1 e a respectiva proporção. É considerado especialista em HE quem tem ≥ 4 orientações HE e proporção ≥ 60%. Os demais trabalhos desses orientadores recebem he_orientador = verdadeiro, mas apenas se tiverem algum vocabulário econômico (he_score > 0). Esse limite é importante porque o orientador confirma um caso de borda, mas a regra não classifica como HE um trabalho sem qualquer indício no texto. A classificação final é a união das duas regras: he_final = he_regex OU he_orientador.

Tabela 3 – Classificação de trabalhos de HE em departamentos de História

Etapa	Trabalhos	% da base
Regra 1 (regex)	6,282	22,7%
Só pela regra 2 (orientador)	+ 254	
Total (he_final)	6,536	23,6%

Foram identificados 87 orientadores especialistas em HE pelo critério adotado. A tabela a seguir mostra os 23 pesquisadores com mais orientações segundo os critérios de classificação adotados. Como veremos na seção sobre economia, a divisão entre trabalhos de História e Economia mostra uma importante diferença geográfica na pesquisa de História Econômica no Brasil. Enquanto a USP e a Unicamp dominam a produção em departamentos de Economia, a produção em departamentos de

História é mais variada, com destaque para a Universidade de Passo Fundo (RS) e a Universidade Federal Fluminense. Dos oito pesquisadores em História que possuem perfil no Google Scholar, o *ranking* de citações é Fragoso (6131); Slenes (4589); Florentino (4.357); Dias (4173); Mattos (3740); Marquese (3.277); Machado (2.810); Maestri (1.889); Oliveira (665); Guimarães (448); Tosi (305).

Tabela 4 – Orientadores de História Econômica em departamentos de História

Orientador	HE	Total	IES principal	Período
João Carlos Tedesco	55	59	U. Passo Fundo	2000-2021
Mário José Maestri Filho	48	52	U. Passo Fundo	1992-2018
Carlos Gabriel Guimarães	40	44	UFF	2001-2022
Márcia Maria Menendes Motta	34	38	UFF	1999-2022
Sônia Regina de Mendonça	33	45	UFF	1995-2022
Maria Odila Leite da Silva Dias	32	94	PUC-SP	1992-2019
Maria Helena P. Toledo Machado	32	36	USP	2001-2022
Christine P. Y. Rufino Dabat	28	31	UFPE	2007-2022
Douglas Cole Libby	28	33	UFMG	1993-2021
João Luís Ribeiro Fragoso	27	51	UFRJ	1992-2020
Luiz Cláudio Moisés Ribeiro	27	29	UFES	2006-2022
Hebe Maria Mattos	26	49	UFF	1998-2022
Robert W. A. Slenes	26	45	Unicamp	1991-2021
Rafael de Bivar Marquese	26	27	USP	2007-2022
Virgínia M. G. de Mattos Fontes	25	50	UFF	1997-2022
Vitale Joanoni Neto	25	26	UFMT	2007-2022
Manolo Garcia Florentino	25	31	UFRJ	1995-2019
Antônio de Pádua Bosi	22	22	Unioeste	2008-2022
João Carlos Barrozo	22	23	UFMT	2001-2022
Mônica Ribeiro de Oliveira	22	26	UFJF	2006-2021
Pedro Geraldo Tosi	22	26	Unesp/Franca	2003-2018
Dorivaldo Walmor Poletto	21	23	PUC-RS	1991-2002
Angelo Alves Carrara	20	24	UFJF	2007-2021

Sobre a distribuição temática dos 23 principais orientadores, três eixos se destacam, cada um presente em cerca de um terço dos trabalhos: escravidão/abolição (37%), mundo rural/agrário (34%) e comércio/mercado (32%). Naturalmente existe sobreposição entre os temas: a tese média possui 1,8 tema e 54% combinam dois temas ou mais. Ainda assim, há especialização regional. O eixo da escravidão é o mais distribuído geograficamente, ancorado na USP (Machado, Marquese), Unicamp (Slenes), UFF (Hebe Mattos), UFMG (Libby), UFRJ (Florentino) e Passo Fundo (Maestri). O eixo agrário concentra-se na UFF (Motta, Mendonça), em Passo Fundo (Tedesco, Maestri) e na UFMT (Barrozo). A colonização agrária tem dois polos distintos: o Sul (Tedesco e Maestri, sobre a imigração europeia no Rio Grande do Sul) e a fronteira de Mato Grosso/Amazônia (Barrozo, Joanoni). Os temas "clássicos" da História Econômica quantitativa, como indústria/industrialização (13%), mineração (6%) e agregados macroeconômicos (moeda, política monetária, finanças públicas) são minoritários nesse conjunto e aparecerão sobretudo nos cursos de Economia, tratados na próxima seção. A História Econômica produzida nos departamentos de História é, portanto, predominantemente social-econômica: escravidão, terra e trabalho.

Tabela 5 – Temas dos trabalhos em História Econômica em departamentos de História

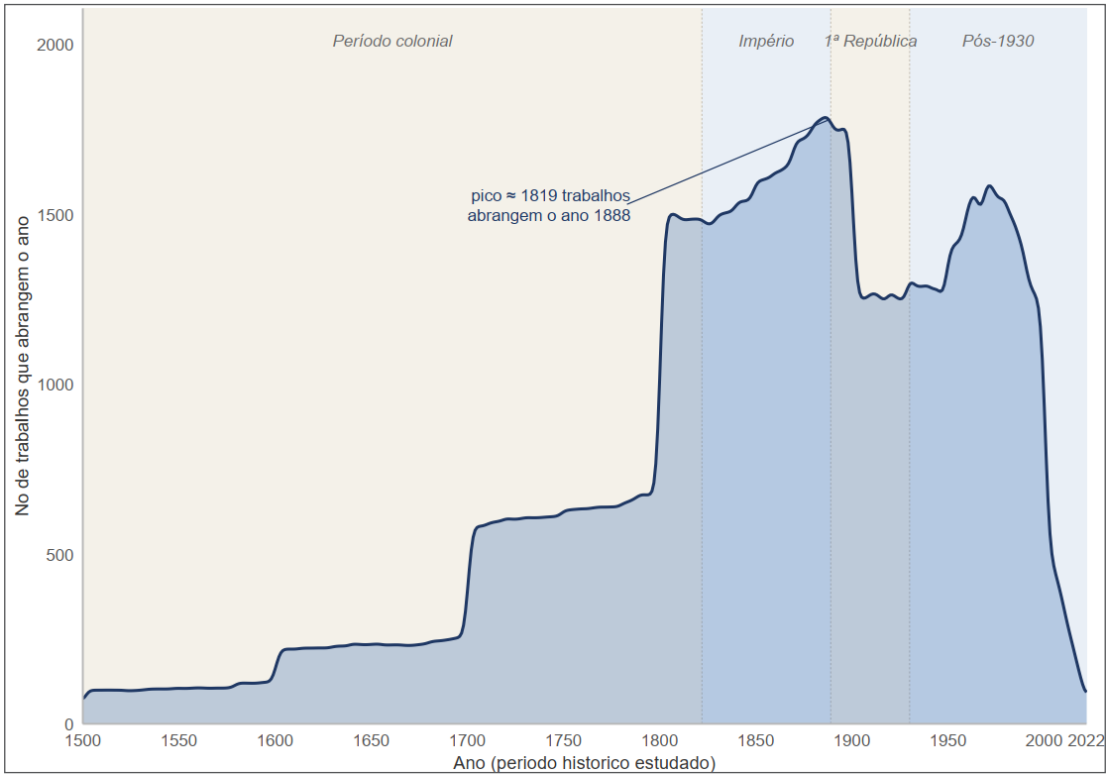
Tema	Teses	% de 666 trabalhos
Escravidão / abolição	246	37%
Mundo rural / agrário	226	34%
Comércio / mercado	215	32%
Trabalho / operariado	154	23%
Imigração / colonização	128	19%
Café / açúcar (commodities)	94	14%
Indústria / industrialização	88	13%
Mineração	43	6%

Nota: as % somam ~178%: a tese média toca 1,8 temas, e 360 dos 666 (54%) são multitemáticos.

Por fim, a Figura 3 mostra a cobertura temporal dos 6.536 trabalhos classificados como História Econômica. A curva mostra uma historiografia

econômica nitidamente voltada ao Brasil pré-republicano. A cobertura sobe por volta de 1700 e de 1800, períodos da economia escravista, da mineração e da agroexportação. O ápice ocorre exatamente em 1888 (≈1.819 trabalhos abrangem esse ano), refletindo o peso da Abolição e coerente com o tema dominante de escravidão/abolição identificado na classificação. O interesse declina relativamente durante o início do século XX. Por fim, observa-se um aumento entre 1950 e 1980, associado aos temas da industrialização, do trabalho e do desenvolvimentismo do período posterior a 1930.

Figura 3 – Cobertura temporal dos trabalhos de História Econômica em departamentos de História



Nota: 6137 de 6536 com período datável (94%).

2.3 Economia: o período 1990-2022

A análise da pesquisa de pós-graduação em História Econômica desenvolvida nesta seção concentra-se nos departamentos de Economia e no Programa de Pós-Graduação em História Econômica da FFLCH-USP. Dos 1.458 trabalhos classificados como pertencentes à área, 697 teses e dissertações foram defendidas no programa da FFLCH entre 1989

e 2022. Essa proporção, praticamente metade do total, mostra a influência da Universidade de São Paulo no desenvolvimento da disciplina no Brasil.

Tabela 6 – Trabalhos de História Econômica em departamentos de Economia

Departamento / IES	Trabalhos	Departamento / IES	Trabalhos
USP – História Econômica	697	UFF	25
Unicamp	246	UFMG	22
UFRGS	85	UnB	21
USP – Economia	55	UFES	17
PUC-SP	50	PUC-Rio	14
UFPR	37	UFPE	13
Unesp	31	UFU	11
UFRJ	29		

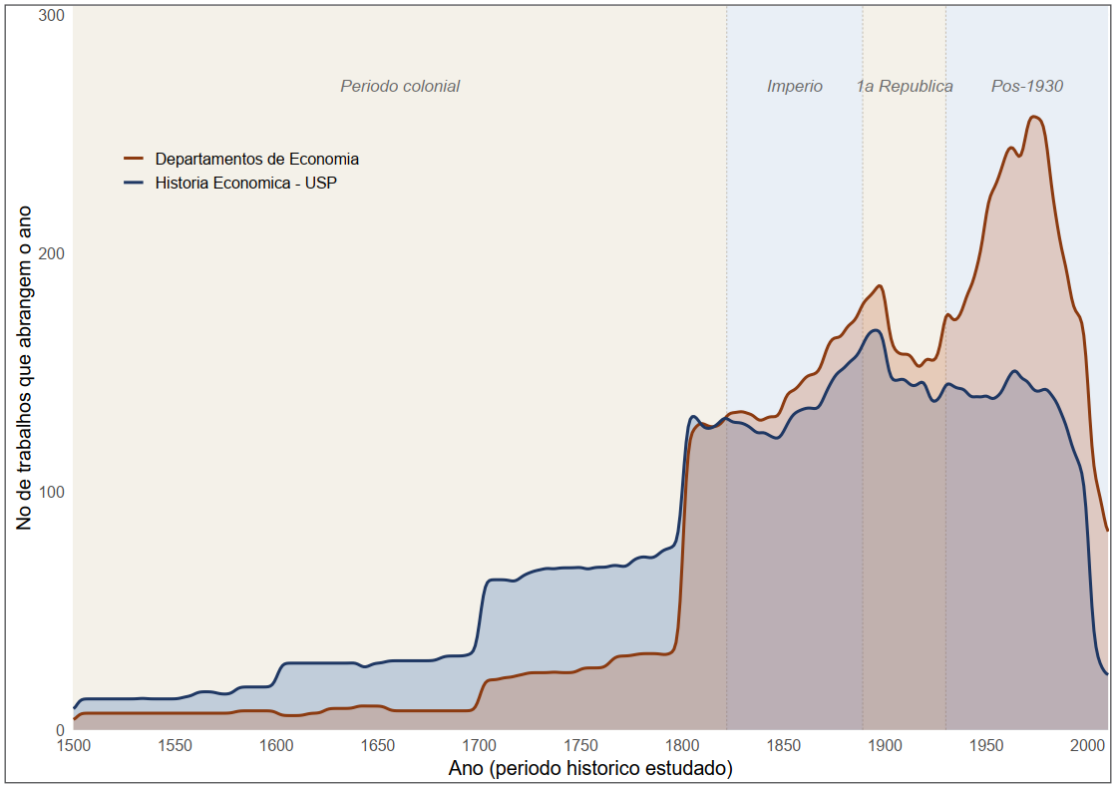
Antes de apresentar os resultados, convém explicitar o critério de classificação. Assim como na seção anterior, a identificação dos trabalhos ocorreu a partir de filtros com expressões regulares, baseado em termos que remetem de forma inequívoca à História Econômica. Esse procedimento, no entanto, esbarra em casos limítrofes. Portanto, a estratégia adotada foi utilizar uma categoria abrangente no filtro inicial para, em seguida, submeter à avaliação manual os casos mal definidos (algo em torno de 800 trabalhos). Além disso, dois pontos metodológicos merecem atenção. Há o risco de o autor não desejar apresentar seu trabalho como de História Econômica, apresentando sua tese como de microeconomia aplicada, por exemplo. No entanto, por se tratar de um fenômeno recente, associado a títulos como "*essays on*...", é razoável supor que ele não distorça significativamente os resultados no período examinado. O outro problema são teses que usam dados históricos apenas como insumo para testar modelos, sem o propósito de compreender o passado. Esse tipo de estudo não foi incorporado à categoria de História Econômica.

Outro ponto é sobre as pesquisas em História do Pensamento Econômico (HPE). Diversos pesquisadores orientam trabalhos nas duas áreas e, portanto, a escolha foi incorporar HPE como História Econômica. Se pegarmos a base total da CAPES de História e Economia, entre 1987 e

2022 houve 593 teses e dissertações sobre Keynes e "derivados" (por exemplo: pós-keynesiano), 361 com o radical "marx*", 70 sobre Celso Furtado e 38 sobre Veblen. Na base restrita de História Econômica, a estimativa mais defensável é de cerca de 200 trabalhos (~14% da base) no núcleo de História do Pensamento Econômico, podendo chegar a ~400 (~27%) numa definição ampliada. O primeiro critério analisa vocabulário de HPE e a presença de economistas canônicos como Smith, Ricardo, Malthus, Schumpeter, Keynes, Sraffa, Kalecki, Veblen...), além de incluir orientadores especialistas, como Pedro Garcia Duarte, da USP/INSPER. O critério ampliado acrescenta correntes (marxista, keynesiana, estruturalista, institucionalista, neoclássica) e intérpretes do Brasil (Furtado, Caio Prado, Simonsen, Rangel, CEPAL).

A cobertura temporal dos trabalhos entre os departamentos de Economia e a História Econômica da USP mostra um resultado esperado. A HE/USP apresenta mais trabalhos sobre o período colonial, enquanto os departamentos de Economia apresentam mais trabalhos sobre o período de substituição de importações. O período posterior a 1950 pode estar superestimado devido a problemas de classificação, uma vez que existem muitos trabalhos que analisam o período 1950-1990 e não são propriamente de História Econômica, como análises pós-keynesianas sobre o crescimento do período. A regra do regex e a filtragem manual tentaram reduzir casos como esses, mas isso não garante que o problema de classificação tenha sido eliminado.

Figura 4 – Cobertura temporal dos trabalhos em departamentos de Economia



Nota: período histórico citado em título e resumo, HE-USP: 609/697 (87%), Economia: 661/761 (87%).

Delimitado o *corpus* restrito, o traço mais evidente que emerge é a hegemonia da USP. Na lista dos trinta nomes que mais orientaram, apenas oito orientadores não estão diretamente associados à universidade, o que confere ao campo uma feição marcadamente vinculada à tradição da Faculdade de Filosofia. A trajetória dos orientadores arrolados na Tabela 7 ajuda a interpretar esse predomínio a partir de um perfil geracional. Boa parte dos orientadores pertence a uma geração que se constituiu academicamente ao longo da década de 1980 e no início dos anos 1990, num momento em que a academia brasileira era ainda relativamente fechada e pouco internacionalizada. Apenas três dos trinta na lista fizeram doutorado no exterior: Wilson Barbosa em Lund (Suécia), Osvaldo Coggiola na École des Hautes Études en Sciences Sociales (França) e Renato Colistete em Oxford (Reino Unido). O perfil médio dos orientadores, portanto, é pós-graduação realizada no Brasil, produção majoritariamente em português, predominância do livro sobre o artigo como forma de

consagração intelectual e uma filiação disciplinar que deve mais ao peso dos departamentos de História do que aos de Economia.

Tabela 7 – Principais orientadores em História Econômica

Orientador	N	Afiliação	Orientador	N	Afiliação
José Jobson de Andrade Arruda	68	USP (HE), Unicamp	Wilson Cano	17	Unicamp
Vera Lúcia Amaral Ferlini	56	USP (HE)	Benedicto Heloiz Nascimento	17	USP (HE)
Wilson do Nascimento Barbosa	43	USP (HE)	Alexandre Macchione Saes	17	USP (HE)
Osvaldo Luis Angel Coggiola	41	USP (HE)	Plinio Soares de Arruda Sampaio Junior	16	Unicamp
Esmeralda Blanco Bolsonaro de Moura	38	USP (HE)	Norberto Luiz Guarinello	16	USP (HE)
Pedro Cezar Dutra Fonseca	37	UFRGS	Eni de Mesquita Samara	16	USP (HE)
Raquel Glezer	26	USP (HE)	Rodrigo M. Ricupero	15	USP (HE)
Emanuel Soares da Veiga Garcia	24	USP (HE)	Julio Manuel Pires	14	PUC-SP
José Flávio Motta	24	USP (HE)	Renato Perim Colistete	14	USP (HE/Eco)
Lincoln Ferreira Secco	22	USP (HE)	Wilma Peres Costa	13	Unicamp
Ligia Maria Osorio Silva	21	Unicamp	Pedro Paulo Zahluth Bastos	13	Unicamp
Antônia Fernanda P. de Almeida Wright	20	USP (HE)	Marisa Midore Deaecto	13	USP (HE)
José Ricardo Barbosa Gonçalves	19	Unicamp	Fernando Antônio Novais	12	Unicamp/USP (HE)
José Eduardo Marques Mauro	19	USP (HE)	Suely Robles Reis de Queiroz	12	USP (HE)
Jorge Luis da Silva Grespan	19	USP (HE)	Antônio Penalves Rocha	12	USP (HE)

Esse perfil se confirma quando se observam as métricas de impacto e o comportamento editorial dos orientadores. No que toca às citações

no Google Scholar, lidera com folga Wilson Cano, economista da Unicamp, com 9.088 citações. Seguem-se Pedro Cezar Dutra Fonseca, com 3.926 citações, José Jobson de Arruda, com 3.352, Plínio de Arruda Sampaio Jr., com 2.563, Pedro Paulo Zahluth Bastos, com 2.288, e Norberto Guarinello, com 2.091. De modo geral, os economistas vinculados à Unicamp e à UFRGS acumulam mais citações do que os historiadores da USP/HE, diferença que reflete bases de citação estruturalmente mais amplas da economia. Já no plano do suporte da produção, observa-se um claro contraste entre os dois universos: entre os historiadores da USP, a obra mais citada é quase invariavelmente um livro, com frequência a própria tese transformada em livro de referência, como ocorre com Novais, Ferlini, Jobson, Suely Robles, Eni Samara e Penalves Rocha. Entre os economistas, há maior equilíbrio entre livros e artigos, com peso relativamente maior destes últimos, publicados em periódicos especializados de economia.

O âmbito de circulação dessa produção reforça o diagnóstico de um campo voltado para dentro. A maioria dos orientadores publica em periódicos nacionais, como a *Revista de História*, *Estudos Econômicos*, *Economia e Sociedade* e a *Revista de Economia Política*. As exceções, com publicação internacional, são poucas e tendem a coincidir com as trajetórias mais recentes ou mais explicitamente integradas ao debate internacional: Renato Colistete é o caso mais nítido, com presença no *Journal of Economic History*, seguido de Pedro Paulo Bastos, no *Cambridge Journal of Economics*, além de Alexandre Saes, Jorge Grespan, Marisa Deaecto e Osvaldo Coggiola. Convém, por fim, registrar que os orientadores mais antigos ou já falecidos (Veiga Garcia, Antônia Wright, Eni Samara, Benedicto Heloiz e J. E. Marques Mauro) não possuem perfil no Google Scholar, de modo que sua influência não pode ser avaliada por métrica de citação.

Portanto, esses elementos apresentam um campo ancorado na tradição da USP, no qual o livro permanece a principal forma de reconhecimento, a circulação é predominantemente nacional e a autoridade intelectual se mede também pela densa rede de filiações acadêmicas que esses orientadores constituíram ao longo de décadas. É interessante lembrar que a baixa internacionalização da academia de ciências sociais no Brasil foi destacada por brasilianistas no final da década de 1990, como vimos nas seções anteriores. Além disso, esse padrão não parece estar mudando de forma

significativa. Se pegarmos todas as publicações de brasileiros nas quatro principais revistas internacionais de História Econômica – *Journal of Economic History* (JEH), *Economic History Review* (EHR), *European Review of Economic History* (EREH) e *Explorations in Economic History* (EEH) –, temos apenas 12 nomes. Marcelo de Paiva Abreu (PUC-Rio) é o pioneiro e, até hoje, o brasileiro com mais publicações, quatro EHR (1990; 2006; 2014; 2017). Depois, em ordem cronológica, temos André Villela, da EPGE/FGV (EREH, 2006); Renato Colistete (JEH, 2007), Rodrigo Soares, Joana Naritomi e Juliano Assunção, da PUC-Rio (JEH, 2012); Leonardo Weller, da EESP/FGV (JEH, 2015; EHR, 2019; EEH, 2022); Bruno Witzel, da FEA/USP (EHR, 2018; EHR 2024); Daniel Strum, da FFLCH/USP (EHR, 2019); Thales Pereira, da EESP/FGV (EHR, 2021; EHR 2024 com Rafael Cariello, da USP; EREH, 2026); e Gustavo Cortes, da Universidade da Flórida (EHR, 2025).

Como mencionado anteriormente, a maior presença em periódicos internacionais reflete uma trajetória acadêmica diferente dos resultados apresentados para os principais orientadores em História Econômica listados nesta seção, uma vez que todos os pesquisadores são formados em Economia e apenas três fizeram doutorado no Brasil (Juliano Assunção, Thales Pereira e Rafael Cariello, que fez mestrado na LSE).

2.4 Genealogia acadêmica

Para além do volume de orientações e do impacto bibliométrico, um terceiro ângulo permite avaliar a influência dos principais orientadores de História Econômica: em que medida os novos pesquisadores se tornaram, eles próprios, orientadores de novas gerações. Como métrica, para cada um dos principais orientadores, verificou-se quantos de seus orientandos reaparecem como orientadores em algum ponto na base da CAPES, abrangendo os programas de Economia e de História, somando cerca de 5.045 orientadores distintos. Trata-se, em suma, de medir o "efeito multiplicador" de cada pesquisador.

Antes dos resultados, cabem duas observações para explicar por que o número de orientandos na Tabela 8 difere marginalmente das estimativas anteriores. O cruzamento utiliza a correspondência exata de nomes normalizados (com remoção de acentos, caixa e pontuação), procedimento

deliberadamente conservador, que tende a subestimar os casos de mudança de sobrenome (limitação que potencialmente afeta de modo particular as orientandas). Além disso, a condição de "ter se tornado orientador" foi rastreada em todo o universo da CAPES em Economia e História, e não apenas no campo restrito da História Econômica, de modo a captar a influência dos formadores em sua extensão mais ampla.

Tabela 8 – Genealogia acadêmica

Orientador(a) – Economia	Orientandos	Viraram orientadores	Taxa
José Jobson de Andrade Arruda (USP)	66	24	36%
Vera Lúcia Amaral Ferlini (USP)	45	11	24%
Wilson do Nascimento Barbosa (USP)	38	7	18%
Esmeralda B. B. de Moura (USP)	33	7	21%
Pedro Cezar Dutra Fonseca (UFRGS)	34	6	18%
Norberto Luiz Guarinello (USP)	14	6	43%
Osvaldo Luis Angel Coggiola (USP)	38	5	13%
Eni de Mesquita Samara (USP)	15	5	33%
José Flávio Motta (USP)	21	4	19%
Jorge Luís da Silva Grespan (USP)	17	4	24%
Orientador(a) – História			
João Luís Ribeiro Fragoso (UFRJ)	26	10	38%
Sônia Regina de Mendonça (UFF)	29	9	31%
Silvia Hunold Lara (Unicamp)	16	9	56%
Manolo Garcia Florentino (UFRJ)	23	8	35%
Robert W. A. Slenes (Unicamp)	23	7	30%
Hebe Maria Mattos (UFF)	22	7	32%
Francisco Carlos T. da Silva (UFRJ)	15	7	46%
Maria Odila L. da Silva Dias (PUC-SP)	30	6	20%
Marc Jay Hoffnagel (UFPE)	13	6	46%
Márcia Maria Menendes Motta (UFF)	30	5	17%

José Jobson de Andrade Arruda é o principal nome na Tabela 8, reforçando a influência da USP. Dos seus 66 orientandos, 24 se tornaram orientadores, o maior número absoluto da lista. Em segundo lugar aparece

Vera Lúcia Amaral Ferlini, com 11 orientandos convertidos em orientadores. Vale notar que ela própria foi orientanda de Jobson. Esse ponto mostra as cadeias de descendência internas nos departamentos. O cruzamento mostra que parte expressiva dos trinta maiores orientadores é "filho" ou "neto" acadêmico de outros membros da lista. Alexandre Macchione Saes (18º colocado) foi orientando de Jobson de Arruda; Lincoln Ferreira Secco (10º) formou-se sob a orientação de Osvaldo Coggiola; e Antônio Penalves Rocha (30º) constituiu-se como pesquisador no interior da própria escola da USP/HE. Os mais influentes orientadores da área não são, portanto, um conjunto de trajetórias isoladas, mas uma rede entrelaçada de filiações intelectuais.

No entanto, embora Jobson e Ferlini liderem em números absolutos, os maiores índices proporcionais pertencem a Norberto Luiz Guarinello (43%) e Eni de Mesquita Samara (33%). Ambos formaram, em termos relativos, mais futuros orientadores, ainda que a partir de um número menor de orientandos. O caso de Guarinello exige uma ressalva, pois sua atuação é na História Antiga e seu impacto, portanto, projeta-se fora do campo da História Econômica propriamente dito. Já os economistas da lista, como Pedro Cezar Dutra Fonseca e Coggiola, comparecem com taxas de conversão mais modestas, o que é coerente com a dinâmica dos programas de Economia, em que parcela considerável dos egressos se dirige a outras áreas de atuação.

3. Comentários finais

Este artigo buscou sistematizar a evolução da História Econômica no Brasil a partir da análise de aproximadamente 8.800 teses e dissertações em História e Economia classificadas como pertencentes à área. Além da classificação, construíram-se *rankings* de orientadores e citações como métricas de influência acadêmica. Os dados do período 1980-2022 também permitem algumas avaliações sobre a área. Em linha com o diagnóstico dos brasilianistas no final da década de 1990, a evidência quantitativa sugere que a formação de conhecimento na área de História Econômica é bastante influenciada pela baixa internacionalização acadêmica, decorrente principalmente do predomínio de doutores formados no Brasil e do foco na publicação em revistas nacionais e livros exclusivamente em

português. Como sugere a experiência da República das Letras desde o século XVII, a internacionalização parece o caminho mais promissor para ampliar o impacto das pesquisas.

Referências

BARBOSA, R. A.; EAKIN, M. C.; ALMEIDA, P. R. de (Org.). *O Brasil dos brasilianistas: um guia dos estudos sobre o Brasil nos Estados Unidos, 1945-2000*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

BRANDÃO, G. M. Linhagens do pensamento político brasileiro. *Dados*, v. 48, n. 2, p. 231-269, 2005.

CANDIDO, A. *O significado de* Raízes do Brasil. In: HOLANDA, S. B. de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 9-21.

CAPELATO, M. H. R.; GLEZER, R.; FERLINI, V. L. A. Escola uspiana de História. *Estudos Avançados*, v. 8, n. 22, p. 349-358, 1994.

CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

CARRIJO, M. V. S. *O Brasil e os brasilianistas nos circuitos acadêmicos norte-americanos: Thomas Skidmore e a história contemporânea do Brasil*. São Paulo: USP, 2007 (Dissertação de Mestrado em História da USP).

CARRIJO, M. V. S. *O Brasil e os brasilianistas nos circuitos acadêmicos norte-americanos: Thomas Skidmore e a história contemporânea do Brasil*. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

DEAN, W. Warren Dean, um brasilianista. [Entrevista concedida a] Angela de Castro Gomes e José Augusto Drummond. *Estudos Históricos*, v. 3, n. 5, p. 103-113, 1990.

EAKIN, M. C. A contribuição dos brasilianistas estrangeiros para a historiografia de Minas Gerais. *Revista Eletrônica do Instituto de Humanidades*, v. 2, n. 7, p. 144-190, 2003.

FERRARI, M. O brasilianista por excelência. *Pesquisa FAPESP*, n. 245, 2016. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/o-brasilianista-por-excelencia/>.

FERREIRA, M. de M. *A História como ofício: a constituição de um campo disciplinar*. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

FICO, C.; POLITO, R. *A História no Brasil (1980-1989)*: série dados. Ouro Preto: UFOP, 1994. v. 2.

GUIMARÃES, M. L. S. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos*, v. 1, n. 1, p. 5-27, 1988.

IGLÉSIAS, F. *Historiadores do Brasil: capítulos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Belo Horizonte: UFMG, 2000.

KLUGER, E. *Meritocracia de laços: gênese e reconfigurações do espaço dos economistas no Brasil*. São Paulo: USP, 2017 (Tese de Doutorado da USP).

LESSA, R. Da interpretação à ciência: por uma história filosófica do conhecimento político no Brasil. *Lua Nova*, n. 82, p. 17-60, 2011.

LOEWENSTEIN, K. *Brazil under Vargas*. New York: The Macmillan Company, 1942.

MARTIUS, K. F. P. von. Como se deve escrever a História do Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, t. 6, n. 24, p. 389-411, 1845.

MASSI, F.; PONTES, H. *Guia biobibliográfico dos brasilianistas: obras e autores editados no Brasil entre 1930 e 1988*. São Paulo: Sumaré, 1992.

MEDEIROS, H. V.; FIGUEIREDO FILHO, D.; LEITE, A. *capesR: access to CAPES data*. Versão 0.1.0. [S.l.]: CRAN, 2024. Pacote de R. Disponível em: <https://CRAN.R-project.org/package=capesR>.

MEIHY, J. C. S. B. *A colônia brasilianista: história oral de vida acadêmica*. São Paulo: Nova Stella, 1990.

MEIHY, J. C. S. B. Decifra-me ou devoro-te: nacionalismo acadêmico X brasilianismo. *Estudos Históricos*, v. 4, n. 7, p. 126-143, 1991.

MICELI, S. (Org.). *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo: Sumaré, 1995.

MOURA, G. *História de uma história: rumos da historiografia norte-americana no século XX*. São Paulo: Edusp, 1995.

NORMANO, J. F. *Evolução econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939.

REIS, J. C. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

RODRIGUES, J. H. *Teoria da História do Brasil: introdução metodológica*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.

ROIZ, D. da S. A institucionalização do ensino universitário de geografia e história na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo entre 1934 e 1956. *Ágora*, v. 13, n. 1, 2007.

SAES. F. A. M. de. A obra de Alice Canabrava na historiografia brasileira. *História Econômica & História de Empresas*, v. 2, n. 2, 2012.

SANTIAGO, S. (Org.). *Intérpretes do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2000.

WEHLING, A. *Estado, história, memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

WILEMAN, J. P. *Brazilian exchange*: the study of an inconvertible currency. Buenos Aires: Galli Bros., 1896.

Apêndice
Brasilianistas

Autor	Obras no gráfico (cronológicas)
Charles R. Boxer	Salvador de Sá and the Struggle for Brazil and Angola (1952); The Dutch in Brazil, 1624-1654 (1957); The Golden Age of Brazil, 16951750 (1962).
Stanley J. Stein	Vassouras: A Brazilian Coffee County, 1850-1900 (1957); The Brazilian Cotton Manufacture, 1850-1950 (1957); The Colonial Heritage of Latin America (1970).
Werner Baer	Industrialization and Economic Development in Brazil (1965); The Development of the Brazilian Steel Industry (1969); The Brazilian Economy: Its Growth and Development (1979).
Thomas Skidmore	Politics in Brazil, 1930-1964 (1967); Black Into White (1974); The Politics of Military Rule in Brazil, 1964-1985 (1988).
Richard Graham	Britain and the Onset of Modernization in Brazil, 1850-1914 (1968); Patronage and Politics in Nineteenth-Century Brazil (1990); Feeding the City (2010).
Nathaniel H. Leff	Economic Policy-Making and Development in Brazil, 1947-1964 (1968); Underdevelopment and Development in Brazil (1982).
A.J.R. Russell-Wood	Fidalgos and Philanthropists: The Santa Casa da Misericórdia of Bahia, 1550-1755 (1968); The Black Man in Slavery and Freedom in Colonial Brazil (1982).
Warren Dean	The Industrialization of São Paulo, 1880-1945 (1969); Rio Claro (1976); The Struggle for Rubber in Brazil (1987).
Leslie Bethell	The Abolition of the Brazilian Slave Trade (1970); The Cambridge History of Latin America (ed., 1984); The Paraguayan War (1996).
Robert M. Levine	The Vargas Regime, 1934-1938 (1970); Vale of Tears (1992); The Life and Death of Carolina Maria de Jesus (1995).
John D. Wirth	The Politics of Brazilian Development, 1930-1954 (1970); Minas Gerais in the Brazilian Federation (1977); Manchester and São Paulo (1978).
Joseph L. Love	Rio Grande do Sul and Brazilian Regionalism, 1882-1930 (1971); São Paulo in the Brazilian Federation (1980); Crafting the Third World (1996).
Robert Conrad	The Destruction of Brazilian Slavery, 1850-1888 (1972).
Kenneth Maxwell	Conflicts and Conspiracies: Brazil and Portugal, 1750-1808 (1973); Pombal: Paradox of the Enlightenment (1995); Naked Tropics (2003).
Frank McCann	The Brazilian-American Alliance, 1937-1945 (1973); Soldiers of the Pátria (2004); Brazil and the United States during WWII (2018).

(continua)

Autor	Obras no gráfico (cronológicas)
Stuart B. Schwartz	Sovereignty and Society in Colonial Brazil (1973); Sugar Plantations in the Formation of Brazilian Society (1985); Slaves, Peasants, and Rebels (1992).
Thomas H. Holloway	The Brazilian Coffee Valorization of 1906 (1975); Immigrants on the Land (1980).
Michael M. Hall	A classe operária no Brasil, 1889-1930 (com P. S. Pinheiro, 1979).
Stanley E. Hilton	Brazil and the Great Powers, 1930-1939: The Politics of Trade Rivalry (1975); Brazil and the International Crisis, 1930-1945 (1975); Hitler's Secret War in South America, 1939-1945 (1981).
Barbara Weinstein	The Amazon Rubber Boom, 1850-1920 (1983); For Social Peace in Brazil (1996); The Color of Modernity (2015).
Mary C. Karasch	Slave Life in Rio de Janeiro, 1808-1850 (1987); Before Brasília (2016); Black Brothers and Sisters (2024).
Steven Topik	The Political Economy of the Brazilian State, 1889-1930 (1987).
Roderick J. Barman	Brazil: The Forging of a Nation, 1798-1852 (1988); Citizen Emperor: Pedro II (1999); Princess Isabel of Brazil (2002).
B.J. Barickman	A Bahian Counterpoint: Sugar, Tobacco, Cassava, and Slavery in the Recôncavo (1998).
Gail D. Triner	Banking and Economic Development: Brazil, 1889-1930 (2000); Mining and the State in Brazilian Development (2011).
Hendrik Kraay	Race, State, and Armed Forces in Independence-Era Brazil (2001); Days of National Festivity in Rio de Janeiro (2013); Bahia's Independence (2019).
Herbert S. Klein	Slavery and the Economy of São Paulo, 1750-1850 (com Vidal Luna, 2003); Slavery in Brazil (2009); Modern Brazil: A Social History (2020).
William R. Summerhill	Order Against Progress: Government, Foreign Investment, and Railroads in Brazil (2003); Inglorious Revolution (2015).
Zephyr L. Frank	Dutra's World: Wealth and Family in Nineteenth-Century Rio de Janeiro (2004).
Anne G. Hanley	Native Capital: Financial Institutions and Economic Development in São Paulo (2005); The Public Good and the Brazilian State (2018).
Aldo Musacchio	Experiments in Financial Democracy: Corporate Governance and Financial Development in Brazil, 1882-1950 (2009).